

Excelentíssimo Senhor Ministro-Presidente do Tribunal de Contas da União

Com fundamento no art. 81, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, e no art. 237, inciso VII e 276 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, o Ministério Público junto ao TCU vem oferecer

**REPRESENTAÇÃO
COM REQUERIMENTO DE MEDIDA CAUTELAR**

com o propósito de que o Tribunal, no cumprimento de suas competências constitucionais de controle externo de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública federal, decida pela adoção das medidas necessárias a **conceder medida cautelar a fim de suspender o prosseguimento do Leilão de Reserva de Capacidade de Energia Elétrica na forma de Potência (LRCAP 2026) até que o TCU ateste a legalidade e avalie todos os elementos dos fatos supervenientes ora apresentados.**

- II -

Na semana passada, apresentei a este Tribunal representação com pedido de medida cautelar sobre o 2º Leilão de Reserva de Capacidade de Energia Elétrica na forma de Potência (LRCAP 2026). Naquela peça, foram apontadas fragilidades relevantes no desenho e na parametrização econômica do certame, sobretudo na definição dos preços-teto, na baixa concorrência observada e nos impactos tarifários e sistêmicos decorrentes (TC 006.423/2026-4).

Agora, o presente expediente não substitui nem altera aquela representação, que permanece integralmente ratificada. Seu objetivo é reforçá-la de forma substancial, à luz de fatos supervenientes e de informações adicionais obtidas em fontes públicas e verificáveis (imprensa especializada, documentos regulatórios e manifestações de órgãos de controle), para:

1. reforçar os fundamentos já submetidos;
2. sistematizar novos elementos de risco regulatório, concorrencial e de integridade e;
3. demonstrar a necessidade de atuação ainda mais tempestiva e incisiva deste Tribunal, inclusive em coordenação com o Ministério Público Federal e a Polícia Federal, antes da assinatura dos Contratos de Reserva de Capacidade de Potência (CRCAPs).

Para maior clareza, os fatos são organizados em seis blocos temáticos: (I) irregularidades estruturais do modelo, já reconhecidas pela AudElétrica e pelo MPTCU; (II) histórico de inadimplência da Evolution Power Partners S.A. (EPP) no PCS de 2021; (III) antecedentes criminais e de investigação envolvendo Marcos Antonio Grecco, controlador de fato do grupo EPP/GNPW; (IV) estrutura do grupo econômico EPP/ION/GPE/CELBA e participação múltipla, sem declaração de vínculo, no LRCAP 2026; (V) anomalias competitivas do certame, com destaque para o caso Araucária II; e (VI) impacto econômico e tarifário ao consumidor, conforme apurado por entidades setoriais e pela imprensa.

I. IRREGULARIDADES ESTRUTURAIS DO MODELO: O QUE JÁ FOI RECONHECIDO PELO TCU E PELO MPTCU ANTES DO LEILÃO

Antes mesmo das sessões públicas de 18 e 20 de março de 2026 (2º e 3º LRCAP, regidos pelos editais ANEEL 002/2026 e 003/2026), a Unidade de Auditoria Especializada em Energia Elétrica e Nuclear (AudElétrica) deste Tribunal e, em

seguida, este MP já haviam identificado graves fragilidades estruturais no modelo adotado.

Esses registros oficiais demonstram que os problemas aqui narrados eram previsíveis. Não decorrem apenas dos resultados do leilão: foram antecipados, advertidos e, mesmo assim, ignorados.

I.1. Elevação de até 80% dos preços-teto em 72 horas, sem fundamentação técnica adequada

Em 10.2.2026, a ANEEL aprovou preços-teto entre R\$ 1,2 milhão/MW.ano e R\$ 1,6 milhão/MW.ano para o LRCAP. Em 13.2.2026, apenas três dias depois, o Ministério de Minas e Energia (MME) elevou esses valores para até R\$ 2,9 milhões/MW.ano – aumento de até 80% em 72 horas – sem qualquer nota técnica pública que, à época, detalhasse e tornasse auditáveis os novos parâmetros econômicos.

Matéria jornalística baseada em documentos da AudElétrica registrou que os dados que embasaram o reajuste foram fornecidos, em grande parte, pelos próprios geradores, sem auditoria independente. Em publicação conhecida como “Radar Energia XP”, reportou-se que a AudElétrica apresentou representação ao TCU para apurar “possíveis indícios de irregularidade” na decisão do MME que elevou os preços-teto dos LRCap (<https://conteudos.xpi.com.br/acoes/relatorios/tcu-identifica-fragilidades-nos-precos-teto-do-lrcap-mas-libera-certame-veja-o-radar-energia-xp-marco/>).

Em relatório posterior, o mesmo veículo informou que o TCU, alertado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) sobre risco de desabastecimento de potência, optou por não suspender o leilão. Ainda assim, registrou expressamente as “fragilidades” dos novos parâmetros, deixando documentado que a decisão foi tomada sob forte reserva técnica.

A CNN Brasil, em 18.3.2026, descreveu o LRCAP 2026 como “um dos leilões mais aguardados do setor”, após dois anos de espera, debates, judicialização, adiamento e questionamentos sobre as regras. Destacou que as referências de preços foram revistas pelo governo, mas, ainda assim, motivaram a abertura de investigação no TCU (<https://www.cnnbrasil.com.br/infra/apos-impasses-leilao-de-capacidade-de-energia-ocorre-sob-alerta-de-apagao/>).

Nesse contexto, a combinação de: (i) elevação abrupta dos preços-teto; (ii) alerta formal de fragilidades técnicas; e (iii) deságio médio final em torno de apenas 5%–5,5% — considerado pífio por diversos especialistas— é um forte indício de distorção concorrencial e possível sobrepreço estrutural.

II. EVOLUTION POWER PARTNERS (EPP): PADRÃO DOCUMENTADO DE VITÓRIA SEM ENTREGA (PCS 2021)

A Evolution Power Partners S.A. (EPP, CNPJ 23.398.090/0001-16) é o eixo central do risco de não entrega no LRCAP 2026. Seu histórico no Procedimento Competitivo Simplificado (PCS) de 2021 revela um padrão preocupante: assumir grandes volumes de capacidade, vencer o certame e não entregar as usinas no prazo contratual.

II.1. A EPP venceu 43% do PCS 2021

Em outubro de 2021, no auge da crise hídrica, o governo realizou o PCS para contratação emergencial de capacidade. A EPP figurou entre os maiores vencedores individuais.

Em 29.10.2021, o próprio controlador do grupo, Marcos Antonio Grecco, comemorou em seu blog pessoal que “a Evolution Power Partners foi uma das maiores vencedoras do Leilão Emergencial Procedimento Competitivo Simplificado, com um volume de cerca de R\$ 17 bilhões para a geração de 344 MW em 4 térmicas a gás natural (...) com contrato de 44 meses”. Na mesma publicação, ele utiliza simultaneamente as tags “Evolution Power Partners” e “GNPW Group”, revelando o vínculo entre EPP e GNPW em suas próprias palavras. (<https://marcosantoniogrecco.com.br/2021/10/29/evolution-power-partners-foi-uma-das-maiores-vencedoras-do-leilao-emergencial-procedimento-competitivo/>)

O Canal Energia confirmou que a EPP vendeu 43% de toda a energia contratada no PCS. Ou seja, quase metade do certame ficou concentrada em um único agente, que mais tarde se tornaria o principal caso de risco de não execução. (<https://www.canalenergia.com.br/noticias/53191466/evolution-power-partners-vende-43-da-energia-do-leilao-de-capacidade>)

II.2. Nenhuma das quatro usinas foi entregue no prazo; inexecução estrutural dos projetos

As quatro usinas da EPP no PCS tinham entrada em operação prevista para 1º.5.2022. Nenhuma foi entregue no prazo. A CCEE notificou formalmente 11 das 17 usinas vencedoras por atraso, quatro delas da EPP (EPP II, EPP IV, Edlux X e Rio de Janeiro I), posteriormente vendidas à Âmbar Energia.

Reportagem da MegaWhat Energy apontou detalhe técnico grave: na venda dos projetos à Âmbar, verificou-se que as máquinas encomendadas pela EPP foram especificadas apenas pela potência total, sem compatibilizar o número efetivo de turbinas. Em outras palavras, a configuração original dos projetos era, na prática, inexecutável nas condições ofertadas no PCS (<https://megawhat.energy/noticias/empresas-geracao-leiloes-politica->

[energetica/147283/ccee-notifica-11-das-17-usinas-vencedoras-do-pcs-por-atraso-em-entrada-em-operacao\)](#)

Matéria do Poder360 registrou ainda que a decisão da ANEEL sobre o leilão emergencial passou a ser analisada pelo TCU e que, internamente, técnicos da agência teriam se recusado a assinar documentos do processo, diante de tarifas em torno de R\$ 1.598/MWh — sete vezes a média dos leilões de energia nova desde 2015. (<https://www.poder360.com.br/energia/decisao-da-aneel-sobre-leilao-emergencial-esta-na-mira-do-tcu/>).

Em síntese, a EPP: (i) assumiu 43% do PCS 2021; (ii) não entregou nenhuma das quatro usinas no prazo contratual; e (iii) estruturou projetos com falhas técnicas tão graves que tiveram de ser renegociados e transferidos a outro agente, com elevado custo regulatório e econômico ao sistema.

III. MARCOS ANTONIO GRECCO E O GRUPO GNPW: ANTECEDENTES DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E IMPROBIDADE

Marcos Antonio Grecco é amplamente reconhecido como fundador do GNPW Group (desde 1993) e principal estrategista dos negócios do grupo EPP/ION. Em seu próprio blog e em redes sociais do GNPW, ele associa explicitamente as marcas GNPW Group e Evolution Power Partners, o que é relevante para caracterizar o grupo econômico.

Dois conjuntos de fatos investigativos se destacam e são diretamente relevantes para a análise de integridade.

III.1. Conexão com Alberto Youssef (Operação Lava Jato)

Em 2.8.2014, a Folha de S. Paulo noticiou que a Polícia Federal identificou indícios de que Genpower Energy Participações Ltda. e Ellobras Infra-Estrutura e Participações Ltda., sócias da Petrobras Distribuidora na UTE Suape II, seriam, na verdade, controladas pela empresa de fachada CSA Project Finance Ltda., ligada ao doleiro Alberto Youssef.

Em nota oficial de 3.8.2014, a Petrobras Distribuidora confirma a existência dessa reportagem, nega qualquer relação comercial com Youssef ou com a CSA Project Finance e informa a composição societária da Genpower: Marcos Antonio Grecco (99,927%) e Fábio Oliveira Grecco (0,073%) (<https://petrobras.com.br/fatos-e-dados/esclarecimento-sobre-a-ute-suape-2.htm>)

Levantamento de documentos da Lava Jato, publicado em blog especializado, relata empréstimos pessoais de sócio da Ellobras à CSA Project Finance, no total de R\$ 929 mil, ao longo do processo licitatório de Suape II. Esses elementos reforçam a suspeita da PF de que Genpower e Ellobras seriam empresas inseridas no esquema de Youssef. Não há notícia de condenação criminal de Marcos

Grecco neste caso, mas o fato de suas empresas constarem em relatórios oficiais de investigação é, por si só, relevante sob a ótica de integridade (<https://ipbuzios.blogspot.com/2015/03/quem-e-nelson-belotti-2.html>)

III.2. Operação Caminhos do Ferro (Amapá): Genpower como canal de propina

Em 2.3.2016, o Ministério Público do Estado do Amapá (MP-AP) e a Polícia Federal deflagraram a Operação Caminhos do Ferro, para apurar o pagamento de propina ao deputado estadual Amiraldo da Silva Favacho Júnior, em decisão sobre a transferência da concessão da Estrada de Ferro do Amapá para a Zamin Ferrous.

Reportagem da Agência Pública (2021), com base em autos de ação de improbidade, relata que a Zamin teria transferido R\$ 10,6 milhões à Genpower Energy, que, por sua vez, repassou os valores a assessor do deputado, sob a fachada de contrato de consultoria. O MP-AP sustenta que o serviço jamais foi prestado (<https://apublica.org/2021/01/mineracao-causa-morte-de-trabalhadores-e-miseria-na-amazonia/>).

Em nota oficial, o MP-AP confirma que Marcos Antonio Grecco e a Genpower são réus na ação de improbidade, ao lado de Favacho, da Zamin e de outros, e registra que a explicação de Grecco sobre a origem e a destinação dos recursos foi considerada “mentirosa” pelo Promotor de Justiça responsável. A ação tramita desde 2017 (<https://www.mpap.mp.br/noticias/gerais/mp-ap-pede-anulacao-da-transferencia-do-controle-acionario-da-anglo-ferrous-para-a-zamin-e-revela-negociata-com-aleap-para-anuencia>).

Em síntese, o controlador de fato do grupo que hoje assume 1,685 GW em novos projetos no LRCAP 2026 é: (i) sócio quase exclusivo da Genpower, empresa mencionada em investigações conexas à Lava Jato; (ii) réu, com a Genpower, em ação de improbidade no Amapá por suposto repasse de R\$ 10,6 milhões em propina; e (iii) o próprio agente que, em suas comunicações públicas, vincula GNPW Group e Evolution Power Partners como partes de uma mesma estratégia empresarial.

IV. GRUPO ECONÔMICO EPP/ION/GPE/CELBA NO LRCAP 2026: PARTICIPAÇÃO MÚLTIPLA SEM DECLARAÇÃO DE VÍNCULO

No LRCAP 2026, a EPP e entidades a ela associadas venceram contratos sob múltiplas denominações — ION I, ION II 1, ION II 2, ION III A1 (Teresina EPP), ION III A2 (Amarração EPP), ION III B1 (Sergipe V), ION III B2 (Portinho BEP), ION IV, ION V A, GPE/Tupã, CELBA/Barcarena II, entre outras. Somados, esses empreendimentos totalizam 1,685 GW de potência contratada em projetos integralmente novos (“greenfield”), com investimentos declarados superiores a R\$ 8 bilhões.

Análise da ABEGÁS, com base em dados do OnCorp, confirma que a EPP negociou nove usinas, totalizando 1,685 GW, nos estados de CE, RJ, SE, MA e PI. A mesma análise registra o histórico da empresa em leilões, incluindo sua atuação na origem da UTE Porto de Sergipe e da UTE Barcarena, ambas ligadas ao GNPW Group. (<https://www.abegas.org.br/arquivos/99550>)

O GNPW Group, em rede social oficial, celebra o PCS de 2021 descrevendo a Evolution Power Partners como “parceira da GNPW Group”, reforçando a integração econômica e estratégica entre as duas empresas. (<https://m.facebook.com/gnpwgroup/photos/a.140170430837119/420881906099302/>)

Além disso, diversas empresas vencedoras no LRCAP 2026 ostentam, em sua própria denominação, a sigla EPP ou BEP, associando publicamente os projetos ao mesmo núcleo empresarial:

- Teresina EPP e Amarração EPP;
- Portinho BEP (Brazilian Energy Participações S.A.), ligada a executivo que também é diretor da EPP e sócio em GPE/Tupã e CELBA/Barcarena II.

Apesar dessas evidências públicas de vínculos societários e de comando, não há notícia de que o grupo tenha declarado tais vínculos à EPE ou à CCEE, como exigem as normas de prevenção a práticas anticoncorrenciais em leilões de energia. A hipótese de que um mesmo grupo econômico possa ter atuado sob múltiplas identidades, sem a devida transparência, em um certame de mais de R\$ 500 bilhões em contratos de longo prazo é extremamente grave e impõe apuração antitruste e regulatória específica.

V. O CASO ARAUCÁRIA II: ANOMALIA COMPETITIVA COM EFEITO DIRETO SOBRE OS PREÇOS

O episódio da UTE Araucária II (369 MW, Paraná), de titularidade da Âmbar Energia, é a anomalia competitiva mais relevante do LRCAP 2026. Sua condução alterou o equilíbrio concorrencial em produtos específicos e teve efeitos mensuráveis nos preços finais.

Segundo a própria Âmbar, em recurso à ANEEL amplamente divulgado pela imprensa especializada, Araucária II foi habilitada pela EPE como empreendimento novo, apto a disputar produtos de 2028 a 2031 com preço-teto de R\$ 2,9 milhões/MW.ano.

Durante a sessão de 18.3.2026, porém, o empreendimento teria sido reclassificado como “usina existente”, passando a se submeter ao preço-teto de R\$ 2,25 milhões/MW.ano e a contratos de apenas 10 anos. Essa mudança implica perda potencial de centenas de milhões de reais em receita para a empresa e altera substancialmente sua estratégia de lances.

A Âmbar alega que o reenquadramento ocorreu no curso do leilão, sem aviso prévio ou justificativa, em aparente contradição com a habilitação técnica

emitida pela EPE. Sustenta também que, no caso da UTE Santa Cruz, o sistema do leilão impediu a oferta de parte relevante da potência para o produto de 2027, apesar de não haver proibição no edital.

Os efeitos concorrenciais da ausência de Araucária II em determinados produtos são claros: a empresa não apresentou ofertas nos produtos POTT-2027, POTT-2028 e POTT-2029, precisamente aqueles em que o grupo EPP/ION concentrou suas vitórias com deságios próximos de zero (0,01% a 6,17%), conforme reportagens especializadas.

Em termos econômicos, a retirada de um competidor relevante, com usina de grande porte e plenamente habilitada, em três produtos-chave beneficiou diretamente o grupo que: (i) apresenta o pior histórico recente de inadimplência (EPP, no PCS 2021); e (ii) atuou sob múltiplas denominações não declaradas no LRCAP 2026.

Matéria do NeoFeed de 26.3.2026 descreve o conjunto do leilão como um “manual de erros em sequência” (<https://neofeed.com.br/economia/os-fios-soltos-do-leilao-de-r-64-bilhoes-que-geraram-um-curto-circuito-no-setor-eletrico/>), destacando:

- alteração de preços-teto às vésperas do certame, sob risco de cancelamento pelo TCU;
- erros de modelagem com sobreoferta de energia;
- deságio pífio de 5,2%; e
- contestação da Âmbar por erro de classificação de usina e bloqueio de oferta de outra, com potencial para “abrir nova crise institucional no setor elétrico”.

A Âmbar requer à ANEEL a revisão dos produtos ou, alternativamente, a anulação e reabertura da etapa competitiva envolvendo Araucária II e Santa Cruz. Não se trata, portanto, de mera inconformidade empresarial, mas de controvérsia com forte base fática e impacto econômico relevante.

VI. IMPACTO SOBRE O CONSUMIDOR: CIFRAS APURADAS POR ENTIDADES SETORIAIS E IMPRENSA

Entidades representativas e veículos de imprensa estimaram o impacto tarifário do LRCAP 2026 para o consumidor final, e os números são alarmantes.

A Frente Nacional de Consumidores de Energia (FNCE) calcula que os quase 19 GW contratados, em sua maioria térmicas, geram custo anual de cerca de R\$ 39 bilhões, com aumento médio mínimo de 10% nas tarifas de energia elétrica nos próximos anos. Seu presidente classificou o volume contratado como “absurdo” e incompatível com a promessa de reduzir o custo da energia. (<https://www.tribunadosertao.com.br/geral/2026/03/18/874787-frente-de-consumidores-critica-leilao-de-energia-e-preve-aumento-de-10-na-conta-de-luz>).

Boletim da Eixos, com base em dados da Abrace (representante de grandes consumidores), aponta preço médio de R\$ 2.334.731/MW.ano e impacto anual estimado de R\$ 40 bilhões, também resultando em alta tarifária em torno de 10%. (<https://eixos.com.br/newsletters/comece-seu-dia/muita-potencia-e-baixa-competicao-o-resultado-do-leilao-de-energia-mais-esperado-de-2026/>).

A Agência Brasil destacou a composição das fontes contratadas: cinco hidrelétricas (9,5 GW), 90 termelétricas a gás natural (18,7 GW), três a carvão (1,4 GW) e duas a biogás. Entidades ambientais e de consumidores criticaram a alta participação de fontes poluentes e de custo elevado, que agravam o custo da energia e a pegada ambiental do setor (<https://www.acesa.com/economia/2026/03/315791-entidades-questionam-fontes-poluentes-no-leilao-de-reserva-de-energia.html>).

No que diz respeito ao risco representado pelo grupo EPP/ION, a comparação com o PCS 2021 é eloquente: 344 MW contratados, inadimplência integral e necessidade de reestruturação posterior, contra 1,685 GW agora, todos em projetos novos. Se o padrão de inadimplência se repetir, a necessidade de recontrações emergenciais, somada a multas e encargos, poderá gerar sobrecustos de bilhões de reais ao sistema, repassados aos consumidores. Trata-se de extrapolação linear de custo unitário já efetivamente observado no PCS, e não de mera hipótese abstrata.

CONCLUSÃO

Portanto, diante de todo o apresentado, o conjunto de fatos expostos revela quatro camadas sobrepostas de risco ao interesse público:

a) Irregularidade estrutural do modelo – A elevação de até 80% dos preços-teto em 72 horas, baseada em dados autodeclarados pelos geradores e sem auditoria técnica independente, foi formalmente reconhecida como “fragilidade” pela AudElétrica e pelo MPTCU. O deságio médio de cerca de 5,5% após esse reajuste é evidência empírica de distorção concorrencial e de provável sobrepreço estrutural.

b) Inadimplência reiterada e previsível – A Evolution Power Partners demonstrou, no PCS 2021, um padrão de assumir parcela expressiva do certame, inadimplir contratos e transferir projetos a terceiros, com graves impactos para o sistema. Sua participação, e a de entidades associadas, no LRCAP 2026, com 1,685 GW em projetos novos e capital social reduzido, replica o padrão anterior em escala aproximadamente cinco vezes maior.

c) Antecedentes de integridade do controlador – Marcos Antonio Grecco, controlador de fato do grupo EPP/GNPW, é sócio majoritário de empresa citada em investigações da Lava Jato e réu, com a Genpower, em ação de improbidade no Amapá por suposto repasse de R\$ 10,6 milhões em propina. Esses antecedentes não constam de forma transparente e suficientemente analisada nos processos de habilitação.

d) Participação de grupo econômico não declarado – Múltiplas empresas ligadas a um mesmo núcleo societário (EPP/ION/GPE/CELBA/BEP) participaram do LRCAP 2026 sob diversas denominações, sem declaração clara de vínculo econômico, em possível afronta ao edital e à legislação concorrencial, em certame que envolve mais de R\$ 500 bilhões em contratos de longo prazo.

Somam-se a isso as anomalias competitivas associadas ao caso Araucária II, que restringiram a presença de um competidor relevante em produtos específicos e favoreceram, com deságios quase nulos, precisamente o grupo com pior histórico de entrega.

Nesse cenário, a manutenção do curso atual de eventos — homologação apressada dos resultados, assinatura dos CRCAPs e realização de novos certames sob modelagem semelhante — tende a consolidar decisões potencialmente ineficientes ou mesmo viciadas, de reversão futura extremamente onerosa ou até inviável.

Portanto, a meu ver, torna-se ainda mais evidente a pertinência da atuação precoce e vigilante do Tribunal de Contas da União, não apenas em perspectiva sancionatória futura, mas como órgão de controle que acompanha, em tempo real, políticas públicas de grande impacto econômico e social.

A permanência inalterada do atual curso de eventos – com a manutenção integral dos resultados do primeiro leilão sob contestação, a possível homologação célere de contratos de enorme monta e a realização de novos certames sob modelagem semelhante – eleva substancialmente o risco de consolidação de decisões potencialmente ineficientes ou mesmo viciadas, cuja reversão posterior pode se revelar extremamente onerosa ou de difícil execução.

Nessa linha, os fatos supervenientes noticiados pela imprensa especializada não apenas confirmam a plausibilidade das preocupações já submetidas por mim ao TCU, como também ampliam a urgência de uma postura de acompanhamento ativo, coordenado e incisivo, capaz de:

- monitorar a instrução dos recursos administrativos e das análises técnicas em curso na ANEEL, MME e EPE;
- avaliar, com base em elementos objetivos, a consistência das alegações de falhas operacionais e seu potencial impacto econômico;
- examinar, de forma integrada, os efeitos tarifários e sistêmicos das contratações já realizadas e das futuras rodadas do LRCAP, com atenção especial à modicidade tarifária, à segurança jurídica e à eficiência da política de capacidade.

- III -

Ante o exposto, este representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, com fulcro no artigo 81, inciso I, da Lei 8.443/1992, e nos artigos 237, inciso VII, e 276, caput, do Regimento Interno do TCU, requer ao Tribunal, pelas razões acima aduzidas, que conheça desta representação para que, no cumprimento de suas competências constitucionais de controle externo de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da administração pública federal, decida pela adoção das medidas necessárias a:

- a) tomar conhecimento dos fatos supervenientes aqui noticiados, como elementos que reforçam a necessidade de controle cauteloso e tempestivo do LRCAP;
- b) conceder medida cautelar a fim de suspender o prosseguimento do Leilão de Reserva de Capacidade de Energia Elétrica na forma de Potência (LRCAP 2026) até que o TCU ateste a legalidade e avalie todos os elementos dos fatos supervenientes ora apresentados;**
- c) intensificar o acompanhamento do tema, no bojo dos TC 008.289/2025-5, 006.423/2026-4 ou em outro processo que julgar oportuno, de modo a:
 - a. acompanhar de forma sistemática os recursos e manifestações técnicas relativos ao leilão de reserva de capacidade;
 - b. requisitar, se entender cabível, informações adicionais às autoridades setoriais (MME, ANEEL, EPE) sobre eventuais falhas operacionais no certame, seus impactos e as medidas corretivas adotadas;
 - c. avaliar, de modo preventivo, a adequação da replicação do atual modelo para os certames subsequentes, especialmente aqueles voltados a tecnologias de maior custo marginal;
- d) determinar, em caráter prioritário, auditoria específica sobre a atuação do grupo econômico EPP/ION/GPE/CELBA no LRCAP 2026, incluindo: a) identificação e mapeamento completo de vínculos societários e de controle; b) verificação do cumprimento das exigências editalícias de declaração de grupo econômico; c) avaliação da viabilidade técnica e econômico-financeira dos 1,685 GW em projetos novos contratados; d) análise dos riscos de não entrega, à luz do histórico do PCS 2021;
- e) requisitar à ANEEL, à CCEE e à EPE cópias integrais de logs de sistema, registros de acesso e trilhas de alteração de dados de

habilitação e classificação de usinas (em especial Araucária II e Santa Cruz), a fim de apurar a origem, o momento, o responsável e a motivação de alterações de categoria e supostas restrições de oferta;

- f) oficiar ao Ministério Público Federal e a Polícia Federal, dando ciência dos fatos aqui relatados, em particular:
- antecedentes investigativos envolvendo o controlador do grupo (Lava Jato e Operação Caminhos do Ferro);
 - padrão de inadimplência no PCS 2021 e sua replicação em escala ampliada no LRCAP 2026;
 - eventual omissão de informações relevantes em processos de habilitação;

- g) avaliar a conveniência e a oportunidade de adotar medidas cautelares adicionais, incluindo:**

- suspensão da assinatura de contratos de agentes ou grupos econômicos cuja viabilidade e integridade estejam sob dúvida razoável;**
- realização de diligências complementares para verificar a capacidade técnica e financeira dos empreendimentos, bem como a regularidade concorrencial do certame.**

Ministério Público, 01 de abril de 2026.

(assinado eletronicamente)

Lucas Rocha Furtado

Subprocurador-Geral